

## RELATÓRIO DA COMISSÃO PROCESSANTE

Processo nº 01/2025

Interessado: Vereador Joelmir Rodrigo Pauli Bogo

Assunto: Apuração de denúncia por suposta infração político-administrativa

---

### I – RELATÓRIO

A Comissão Processante, regularmente constituída em Plenário na sessão ordinária realizada em 11 de setembro de 2025 pela Câmara Municipal de São Bento do Sul-SC, com fundamento no Decreto-Lei nº 201/1967, recebeu denúncia protocolada na mesma data contra o Vereador Joelmir Rodrigo Pauli Bogo.

A denúncia imputava ao denunciado a prática das seguintes condutas:

- Acidente com fuga do local;
- Uso indevido de recursos públicos;
- Violência política de gênero.

O Vereador foi notificado e apresentou defesa prévia no prazo legal, juntando documentos e requerendo diligências. Após a análise da denúncia e da defesa, esta Comissão emite o presente parecer com os fundamentos a seguir.

---

### II – FUNDAMENTAÇÃO

1. Supera as nulidades arguidas na defesa do acusado, embora a comissão entenda que a denúncia é inepta pois irá apreciar o mérito.

#### 2. Acidente com fuga do local

Na denúncia não foi anexada qualquer prova, apenas relatos, sem indicação da data do ocorrido ou boletim de ocorrência. A defesa, por sua vez, apresentou comprovante de pagamento dos danos decorrentes de leve colisão, evidenciando que houve acordo entre as partes. Assim, considera-se que o fato foi resolvido entre os envolvidos.

#### 3. Uso indevido de recursos públicos

O denunciante anexou fotografia de veículo oficial da Câmara de Vereadores na residência do denunciado. A defesa alegou que o veículo não se desviou de sua rota oficial, o que pôde ser comprovado por relatório do sistema de GPS da Câmara. A permanência na residência ocorreu em razão de indisposição de saúde, segundo a defesa.

Quanto ao uso de diárias, o denunciante não apresentou provas. Já a defesa juntou documentação comprobatória referente a duas diárias inteiras e ¼ de diária, alegando que, em 15 de agosto, a atividade parlamentar ultrapassou seis horas, fazendo jus a ½ diária, mais do que a fração de ¼ recebida.

Além disso, o denunciado apresentou comprovante de abastecimento no valor de R\$ 150,00, pago com recursos próprios, ainda que tivesse à disposição o cartão de abastecimento oficial. Também anexou comprovantes de utilização de transporte por aplicativo (Uber), pagos com

recursos próprios, em deslocamentos realizados na cidade de Florianópolis, bem como o certificado do curso que justificou a viagem.

#### **4. Violência política de gênero**

A defesa apresentou cópia do inquérito policial nº 427.25.00098, no qual a autoridade policial decidiu pelo não indiciamento do denunciado, diante da ausência de elementos suficientes para caracterizar crime de violência política de gênero.

Considerando que o tipo penal em questão exige o elemento específico da finalidade de restringir direitos políticos em razão do gênero, e que tal elemento não restou suficientemente demonstrado, pino pelo não indiciamento.

Ressalte-se que eventual configuração de crime contra a honra (injúria) deverá ser objeto de representação específica pela vítima, nos termos do artigo 145, parágrafo único, do Código Penal.

São estes os termos em que apresento o presente relatório, submetendo-o à superior apreciação de Vossa Excelência para as providências que entender cabíveis.

SÃO BENTO DO SUL, 18 de julho de 2025.

**DANIELLE PEREIRA GONZALEZ DA SILVA**  
Delegada de Polícia

---

Diante da análise dos fatos e documentos, esta Comissão Processante conclui:

1. Inexistem provas suficientes para caracterizar infração político-administrativa;
2. Os fatos narrados não se enquadram nas hipóteses previstas no art. 4º do Decreto-Lei nº 201/1967;
3. Não houve demonstração de dolo, má-fé ou ato incompatível com o exercício do mandato parlamentar;
4. O devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa foram integralmente assegurados.

Portanto, não restaram configurados elementos que justifiquem a continuidade do processo.

---

### **III – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, a Comissão Processante delibera pelo **arquivamento do processo**, recomendando ao Plenário da Câmara Municipal a aprovação deste relatório, extinguindo-se, assim, a presente apuração.

---

**Sala das Comissões, 29 de setembro de 2025.**

---

Relator

*Vilson da Silva*

---

Vereador Vilson da Silva